



O CASO DA COMPANHIA MERCANTIL E INDUSTRIAL INGÁ S/A, O RISCO EMINENTE CONTINUA.

Carlos Alberto Sarmento do Nascimento¹

Douglas Monteiro Almeida²

Carlos Leonardo Fernandes³

Joyciene Carolina Fagundes⁴

1 Doutor – PPGCTIA / UFRRJ, Mestre em Desenvolvimento territorial e políticas públicas – PPGDT/UFRRJ, Pesquisador e extensionista do Programa de Ensino Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial – PEPEDT/UFRRJ. e-mail: casn.sarmiento@gmail.com

2 Doutorando em Sociologia no IESP / UERJ. Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

3 Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

4 Mestranda do Programa de Pós-graduação em História PPHR / UFRRJ e-mail: joycienecarolina@gmail.com

Esse artigo, busca ser um alerta a partir de uma contextualização sócio-histórica, ambiental e legal, do caso da Indústria Mercantil Ingá S/A, que durante mais de trinta anos (1962 - 1998), poluiu com sedimentos pesados um dos mais visitados arquipélagos brasileiros (Ilha da Madeira – Itaguaí / Rio de Janeiro – Brasil). Para tal foi utilizado a metodologia descritiva a partir da associação de ideias e dinâmicas de evolução do espaço e conseqüentemente a construção da sua territorialidade. Também há a finalidade de apresentar temporalmente um resumo das mudanças espaciais que levaram ao atual estado degradatório local, com resultado de entrevistas realizadas durante o ano de 2015, além de uma nova observação participante durante o ano de 2019. Logo, este artigo visa construir uma narração que possibilite o início de um debate sobre os impactos que os moradores desta comunidade sofre, principalmente a partir dos processos de degradações em curso na região. Impactos estes que vieram na sequencia temporal das degradações realizadas pela então extinta indústria Ingá S/A, resultando em atuais deteriorações ambientais, desflorestamento de partes naturais locais, aniquilamento da floresta ombrófila densa e destruição das vegetações predominantes oriundas historicamente da Mata Atlântica.

Palavras-chave: Ilha da Madeira – RJ; Ingá S/A; desterritorialização; Desflorestamento;

This article seeks to be a warning from a socio-historical, environmental and legal context of the case of Industria Mercantil Ingá S/A, which for more than thirty years (1962 - 1998), polluted one of the most visited with heavy sediments. Brazilian archipelagos (Island of Madeira – Itaguaí / Rio de Janeiro – Brazil). For this purpose, the descriptive methodology was used based on the association of ideas and dynamics of the evolution of space and, consequently, the construction of its territoriality. There is also the purpose of temporarily presenting a summary of the spatial changes that led to the current local degradation state, as a result of interviews carried out during 2015, as well as a new participant observation during 2019. Therefore, this article aims to build a narration that enables the beginning of a debate about the impacts that the residents of this community suffer, mainly from the degradation processes underway in the region. These impacts came in the temporal sequence of the degradations carried out by the then extinct industry Ingá S/A, resulting in current environmental deterioration, deforestation of local natural parts, annihilation of the dense rainforest and destruction of the predominant vegetation historically originating from the Atlantic Forest.

Keywords: Ilha da Madeira – RJ; Ingá S/A; deterritorialization; Deforestation.

Este artículo busca ser una advertencia desde un contexto sociohistórico, ambiental y legal del caso de Industria Mercantil Ingá S / A, que por más de treinta años (1962 - 1998), contaminó uno de los más visitados con sedimentos pesados. Archipiélagos brasileños (Isla de Madeira - Itaguaí / Río de Janeiro - Brasil). Para ello, se utilizó la metodología descriptiva basada en la asociación de ideas y dinámicas de la evolución del espacio y, en consecuencia, la construcción de su territorialidad. También está el propósito de presentar temporalmente un resumen de los cambios espaciales que llevaron al actual estado de degradación local, como resultado de las entrevistas realizadas durante 2015, así como una nueva observación participante durante 2019. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo construir una narración que posibilita el inicio de un debate sobre los impactos que sufren los pobladores de esta comunidad, principalmente por los procesos de degradación en curso en la región. Estos impactos se produjeron en la secuencia temporal de degradaciones llevadas a cabo por la entonces extinta industria Ingá S / A, resultando en el actual deterioro ambiental, deforestación de partes naturales locales, aniquilación de la densa selva tropical y destrucción de la vegetación predominante históricamente originada en la Mata Atlántica.

Palabras clave: Territorialidad; Ingá S / A; desterritorialización; Deforestación;

1. INTRODUÇÃO

O bairro da Ilha da Madeira – Itaguaí / RJ, está localizado na região norte da Baía de Sepetiba, é estabelecida segundo a Lei Municipal de Itaguaí, nº 3.204, de 23 de dezembro de 2013, como a junção espacial dos bairros de Brisamar e Ilha da Madeira (homônimo). Região costeira inserida dentro da Baía de Sepetiba, em que se nota a presença da mancha urbana e Periurbana com residências de alvenaria e pequenos comércios.

A partir das observações realizadas em campo (vide metodologia deste trabalho), é possível estabelecer que no interior do bairro existe um complexo de megaempreendimentos do segmento portuário, estabelecidos a partir do Plano Diretor de Itaguaí (2008) e do mapa de zoneamento municipal (2016). Documentos que deliberam toda a extensão noroeste-leste-sudeste-sul da Ilha da Madeira como Zona Industrial Portuária – ZIP, enquanto as áreas norte-noroeste e sul-sudoeste são instituídas como Zona de Proteção de Áreas Verdes – ZPAV. Já no sentido centro-sudeste é observado a delimitação como Zona de Proteção Permanente – ZPP, enquanto oeste-sudoeste é designada enquanto Zona Especial da Ilha da Madeira – ZE-IM, onde se constitui a “ocupação situada [...] incluindo loteamento industrial Ingá onde atividades turísticas, de pesca e de proteção ambiental serão incentivadas mantendo as características naturais da localidade” (PLANO DIRETOR, 2016). No local encontra-se o passivo ambiental da INGÁ S/A.

Sendo, ainda que previamente possível afirmar que toda a região, acaba por sofrer um profundo processo de loteamento do espaço, colocando as comunidades locais, em especial os pescadores artesanais da região a margem dos processos participativos e de respeito a suas características sócio-históricas e culturais¹.

¹ Para maiores informações sobre, indicamos a leitura do capítulo “Comunidades tradicionais de pescadores artesanais de Coroa Grande e Ilha da Madeira, uma análise sócio-histórica a partir de uma perspectiva etnográfica” – Livro Povos Originários e Comunidades Tradicionais – Vol. 04, 2021.

”

Mais especificamente, este artigo tem o intuito de realizar um panorama sócio-histórico e ambiental sobre a Companhia Mercantil Industrial Ingá que realizou, entre os anos de 1962 e de 1998, atividades industriais no ramo de processamento de minério para a produção de zinco de alta pureza, na região conhecida como praia do saco do engenho, no bairro da Ilha da Madeira, município de Itaguaí - Baía de Sepetiba / Costa Verde e Região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

Deixando como consequência o maior passivo ambiental do Brasil² (a época), afetando definitivamente o estuário marinho e ambiental de todo seu entorno (inclusive a qualidade de vida da população local), em seus mais de trinta anos de atividade alteraram os aspectos paisagísticos, sociais e ecossistêmicos nessa localidade, deixando como espólio o acúmulo de resíduos tóxicos a céu aberto.

2. METODOLOGIA, RECORTE TEMPORAL E ESPACIAL

Baseado no livro de Gil (2002), este artigo apresenta como objetivos buscar proporcionar uma contextualização sócio-históricas e ambientais sobre como ocorreu o impacto ambiental da Indústria Ingá S/A, apresentar como quais foram os mecanismos para amenização dos impactos ocasionados após mais de 30 anos de poluição ambiental intensa na região.

Desse modo, faz-se necessário estabelecer o período de atividade da Companhia Mercantil Industrial Ingá (1962- 1998), bem como sinalizar entrevista realizada de maneira livre e não diretiva junto à comunidade local (donos de comércio e pescadores), durante o segundo semestre do ano de 2015, bem como uma retorno para a realização de uma pesquisa de campo, avaliando se ocorreram (e como ocorreram) mudanças socioespaciais e no cotidiano da população da Ilha da Madeira.

² Sendo ultrapassado pelos casos dos rompimentos das barragens de Mariana – Mg (2015) e Brumadinho – MG (2019)

Este artigo desenvolve uma análise histórica descritiva cujo intuito é buscar conhecer a atual situação da região a partir de uma base bibliográfica, documental e de observação participante (segundo semestre de 2019), com finalidade de apresentar desdobramentos do então passivo ambiental deixados pela Indústria Ingá, Levando em conta todo o contexto da percepção e aparência do local “formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores e sons” (Santos, 2008, p. 67-68).

3. ASPECTO HISTÓRICO, PAISAGÍSTICO E ECOSISTÊMICOS DA ILHA DA MADEIRA

O bairro da Ilha da Madeira (latitude 23° 55' 07" Sul e longitude 43° 49' 73" Oeste) está localizado há aproximadamente 72 quilômetros da capital do estado do Rio de Janeiro e conta com uma população de aproximadamente 900 moradores³⁴. O bairro apropriou-se desse nome, por motivos históricos, onde no século XVIII, ancorou-se no local o patriarca José Pereira junto a sua família, originários da região da Ilha da Madeira (Portugal), recebendo assim a alcunha em homenagem a família.

Seus filhos que aqui nasceram, foram sendo brasileiros, com ganância de seus pais, passaram a ser herdeiros. O senhor José Pereira, que era um homem esperto, antes de morrer deixou tudo a filhos e netos.

Naqueles tempos passados ele era absoluto e para garantir sua deusa, inclui usos e frutos.

(FRANCISCO, 1954, p. 01)

3 Segundo os próprios moradores entrevistados

4 A prefeitura local, tampouco a associação de moradores do bairro não tem um número preciso sobre quantas pessoas moram atualmente nessa localidade.

Até meados da década de cinquenta a região da Ilha da Madeira tinha seu “Conjunto interrelacionado de formas naturais e antropogênicas” (RODRIGUES, SILVA E CAVALCANTE, 2004, p. 18), e que constituía seu ambiente paisagístico em um complexo de pequenas ilhas que formavam um o arquipélago na região. No mesmo período, iniciou-se, por ordens da prefeitura municipal de Itaguaí/RJ, o aterramento de parte do canal do mangue existente, criando uma ligação direta por terra com o continente.

Imagem 01- Ilha da Madeira, 1964



Fonte : Santos, Oliveira e Varcancel (2009)

Até a primeira metade do século XX o bairro da Ilha da Madeira vivia com um aspecto paisagístico de comunidade tipicamente pesqueira e rural, com um complexo econômico próprio e características de uma pequena cidade autônoma em comparação com os demais bairros vizinhos.

A pesca artesanal mantinha-se como fonte básica de abastecimento [...] a localidade conhecida como enseada do saco do Engenho [...] era uma espécie de capital da ilha; ali ficava a igreja, padaria, armazéns,

salão de barbeiro, armarinho e um comércio popular bem diversificado.

No lazer, tínhamos o futebol, blocos carnavalescos, peças teatrais, bailes, festas juninas e religiosas [...] o grande plantio de cana de açúcar era cultivado ali, que além do consumo local era comercializada também para Itaguaí. (ITAGUAÍ, 2010, p. 113 e 114)

As características ecossistêmicas da Ilha da Madeira, tinha como predominância aspectos ecológicos da Mata Atlântica. O clima da região é classificado como tropical quente e úmido em boa parte do ano (SANTOS, OLIVEIRA, VALCARCEL. 2009), a região possui minibiomas⁵ que criam sua unidade de paisagem, onde destacam-se 41 microbacias hidrográficas, maciços florestais, cultivos agrícolas com formação de pastagem, manguezais e costa litorânea.

4. COMPANHIA MERCANTIL INDUSTRIAL INGÁ E SEU PASSIVO AMBIENTAL

A Companhia Mercantil e Industrial Ingá Instalou-se na região da Ilha da Madeira no ano de 1962, mais precisamente na localidade do Saco do engenho. Empreendimento este que atuava especificamente no ramo de processamento de minério para a produção de lingotes de zinco de alta pureza (99,99%). Desenvolvendo suas atividades no local por mais de 30 anos com “técnicas de operação, ambientais inadequadas [...] resíduos foram sendo acumulados no pátio da empresa formando montanhas de material tóxico a céu aberto” (PUC - RJ, 2014, p. 38 e 40).

Seu processo industrial baseava-se principalmente na utilização de insumos de minério de zinco, pirolu-

⁵ Pequenos ecossistemas ou miniecosistemas utilizados como aspectos gerais de unidade, São diferenciados pelo seu potencial ecológico pela exploração biológica e pela atividade humana. (Ab`Saber, 2006)

sira (MnO₂), Ácido Sulfúrico (H₂SO₄), Sulfato Ferroso (FeSO₄), Zinco em Pó (ZnO), Trióxidoarsenioso (As₂O₃), Soda Cáustica, Sulfato de Cobre, Sulfato de Estrôncio (SrSO₄), todos produtos com altos níveis de toxicidade para o meio ambiente, principalmente após a junção destes componentes, através das fases de processamento: Preparo da Polpa e Lixiviação, Neutralização, Filtração e Preparo da Solução, Purificação dos elementos, Eletrólise e Fusão. Conseqüentemente, gera-se vapor da caldeira de óleo, ar comprimido, além de seis tipos de resíduos sólidos que ficam expostos no pátio da empresa: C-130, C-140, C-150, C-160, C-170 e Cinzas de Zinco do Forno de indução.

Devido a esses motivos, no ano de 1984 a Ingá ergue uma primeira forma de limitação de seu passivo ambiental, um perímetro de contenção, por meio de um dique argiloso sem alta capacidade de resolução do problema ambiental no que se refere ao despejo de resíduos direto na Baía de Sepetiba. No ano de 1987, foi criado um termo de responsabilidade e compromisso entre a Ingá e a FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente), com intuito de sanar e adequar a armazenagem e o tratamento dos resíduos sólidos que estavam expostos e continuavam a poluir todo o estuário da região, nesse acordo ficou estabelecido que a estocagem dos poluentes seria feita em um aterramento com camadas de argila e areia.

Em 1990 foi realizado um aditivo no termo que previa a remoção desses resíduos da localidade da praia do Saco do Engenho, porém o acordo estabelecido em 1987 e o aditivo de 1990 não foram cumpridos em nenhuma instância, deixando exposto uma carga total de 60 mil toneladas de zinco por ano, resultando no fechamento da Indústria Ingá no ano de 1998 com um passivo ambiental no valor total de mais de R\$ 20 milhões à época.

Segundo o laboratório de biofísicas da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), ocorreu uma série de análises comprovando a contaminação do bioma local por zinco e cádmio conduzindo a execução de desequilíbrios e destruição do ecossistema da locali-

dade, afetando espécies da fauna e flora da região, - as áreas de mangue e as zonas estuarianas existentes, alterando (inclusive) a paisagem natural e toda a rotina da comunidade local, em especial dos pescadores artesanais.

Imagem 02 - Área da Ingá (Início anos 2000)



Fonte: Domínio Público

Após sua falência no ano de 1998, os sistemas de alertas de contaminação foram simplesmente abandonados, somados ao abandono de órgãos técnicos e gestão públicas locais, o resultado foi o transbordamento do dique de contenção existente no local, no ano de 2003, após precipitações pluviométricas, comuns na região

A barragem está cheia. Se chover, prevêm ambientalistas, o dique poderá arrebentar, e o acidente ocorrido há sete anos se repetirá, em proporções até maiores. “O entorno do “lago” já está todo contaminado. Se romper aquele dique, como em 1996, ninguém vai mais pescar na área. Você não vai mais recuperar a baía de Sepetiba”, disse à Folha o engenheiro químico José Roberto de Souza Araújo, funcionário licenciado da Feema (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente). Uma montanha de resíduos de minério, principalmente zinco e cádmio, ladeia a barragem. Quando chove, o material escorre para dentro-

do “lago”, o que causa o aumento de seu volume. Para o biólogo Mário Moscatelli, a barragem da Ingá é “uma bomba-relógio que um dia vai explodir”. “O problema é gravíssimo. Só um dique isola a barragem da baía e dos manguezais. (TORRES, 6 de abril de 2003)

Em caráter de emergência o governo do estado custeou uma obra de barragem do dique no valor de R\$ 2.3 milhões realizados pela empresa Carioca Engenharia sob supervisão da COPPE/UERJ6, mesmo com essa nova contenção, devido e aumento pluviométrico nesse período, ocorreram pequenos vazamentos o que causou a mortalidade de uma variedade de peixes na Baía de Sepetiba, durante os anos de 2003 e 2004.

Imagem 03 – Área da Ingá 2003 e 2004

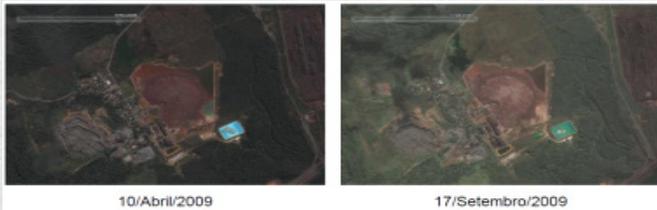


Fonte : PUC-RJ (2005)

Ainda no ano de 2004 o governo do estado eleva o dique de contenção reforçando a proteção contra os resíduos químicos, em um valor total de R\$ 960 mil reais, mesmo com essa nova medida o resultado demonstra-se ser temporário a época, visto o aumento pluviométrico da região o que eleva o volume e encharca a argila contaminada aumentando a pressão total sobre as proteções do dique.

Imagem 04– Área da Ingá 2008 e 2009





Fonte : PUC-RJ (2005)

Entre os anos de 2004 e 2010, ações insuficientes foram feitas para reduzir os problemas causados pelo passivo ambiental, além da contenção realizada, com recurso do governo do estado, sendo tomado de fato as atividades de mitigação desse impacto somente após a venda do passivo ambiental Para a Usina Siderúrgica de Minas Gerais e a liberação da LAR – Licença Ambiental de Recuperação no ano de 2010.

4.1 Usiminas, outros empreendimentos e medidas posteriores.

Em 27 de junho de 2008, a Usina Siderúrgica de Minas Gerais S/A (Usiminas) compra a massa falida da Antiga Companhia Mercantil Industrial Ingá S/A, pelo valor total de R\$ 72 milhões, com a obrigatoriedade de regularizar os aspectos ambientais frágeis deixados pela antiga dona do terreno, que foram orçados em um valor total de R\$ 300 milhões de reais.

O interesse da Usiminas na compra desse terreno é na intenção de construir um porto para exportação de minério de ferro (obras ainda não iniciadas⁷), mesmo com um passivo dessa grandeza, a região é de grande interesse para grandes empreendimentos nacionais e internacionais, visto sua localização geográfica, considerada estratégica por estar próximo a baía de Sepetiba, e em uma região portuária localizada na megalópole brasileira entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Seduzindo um grande número de empreendimentos e megaempreendimentos industriais e portuários, onde se destaca a Gerdau S/A, Companhia Siderúrgica Na-

cional (CSN), Techint Ternium Brasil (TKCSA), Porto Sudeste do Brasil S/A, Estaleiro Naval PROSUB – EBN / Odebrecht. Empreendimento e megaempreendimentos estes que cabem, breve destaque:

Imagem 05 - Complexo Industrial da Baía de Sepetiba



Fonte: Ikeda Junior, 2017

A Companhia Siderúrgica Cosíguia – Gerdau, também localizada no complexo industrial de Santa Cruz, apresenta atualmente um projeto de expansão (já em curso) que visa à exportação de placas de aço e laminados. Segundo relatório técnico disponível no site da indústria (março de 2021) foram gastos até dezembro de 2019 mais de R\$ 2,47 bilhões, o que proporcionou 550 empregos diretos e 3.000 indiretos, além de vagas já existentes, previamente estabelecidas em seu ciclo de expansão. A siderúrgica GERDAU-COSIGUA (Companhia Siderúrgica da Guanabara), que teve suas obras iniciadas na zona industrial de Santa Cruz, no ano de 1971, e concluídas em 1973.

A Companhia Siderúrgica Nacional – CSN: localizada na área de atividades do Complexo Portuário de Itaguaí, tem atualmente, dois terminais: um de graneis sólidos (Tecar) e outro de containers (Tecon). Segundo informações do próprio site do megaempreendimento, o terminal Tecar exporta 45 milhões de toneladas de minério de ferro/ano, enquanto o terminal Tecon concentra o sistema de cargas Hub Port com dois berços (101 e 202), sendo atualmente o maior do Brasil em seu segmento, podendo realizar descargas de até 3,5 mi-

7 Até março de 2021

Ihões de toneladas de minério/ano.

A Siderúrgica Techint/Ternium Brasil: conhecida até 2017 como Companhia Siderúrgica do Atlântico – TK-CSA, a Siderúrgica Techint/Ternium Brasil teve suas construções iniciadas em 29 de setembro de 2006, às margens da Baía de Sepetiba, dentro do Complexo Industrial de Santa Cruz, ocupando uma área total aproximada de 10 milhões de m². A área se estende ao longo do último trecho do rio São Francisco Xavier. Esse megaempreendimento foi o que obteve individualmente os maiores aportes financeiros de toda a região, envolvendo cerca de R\$ 13,2 bilhões durante o seu processo de implementação, ocasião em que gerou 30 mil empregos diretos à época (BUENO, 2009).

O Porto Sudeste S/A está localizado no bairro da Ilha da Madeira - Itaguaí, dentro do Complexo Portuário de Itaguaí, o megaempreendimento teve suas obras iniciadas no ano de 2010 (ainda com a nomenclatura de MMX mineração e metálicos S/A, do grupo EBX), quando foi construído um píer privado na parte costeira da Baía de Sepetiba, destinado a atuar no carregamento de graneis sólidos para o escoamento da produção de minério de ferro advindo do estado de Minas Gerais. Para tanto, foi efetivada a construção de um terminal portuário próprio e um pátio de estocagem com capacidade para 2,5 milhões de toneladas. Esse terminal custou, somente no período 2011-2013, uma ordem de mais de R\$ 1,3 bilhões, tendo um custo total de R\$ 4 bilhões ao empregar, aproximadamente 2 mil pessoas de maneira direta.

O Estaleiro PROSUB / NUCLEP de responsabilidade da Marinha do Brasil, também está localizado no bairro da Ilha da Madeira – Itaguaí – RJ, dentro do Complexo Portuário de Itaguaí. Teve início de suas ações no ano de 2008 em parceria com a empresa francesa Direction des Constructions et Services - DCNS e a brasileira Odebrecht. A proposta era fabricar cinco submarinos (um de propulsão nuclear e outros quatro de diesel-elétrico) e estabelecer um complexo de infraestrutura naval que conglomeraria, em sua estrutura, um estaleiro de bases navais (EBN), uma unidade de fabricação de estruturas

metálicas (UFEM) e prédios administrativos. Segundo dados informados pela própria Marinha do Brasil, foram gastos aproximadamente, R\$ 7,8 bilhões até o final do ano de 2017 (5,2 bilhões somente no período 2012-2014), gerando, até o momento, 9 mil empregos diretos e 32 mil indiretos. A construção dos submarinos teve início em 2012 e, originalmente, a previsão de entrega seria até o ano de 2021, porém, devido aos atrasos nas obras, as datas foram alteradas pela própria Marinha do Brasil. O primeiro submarino diesel-elétrico só foi entregue no dia 14 de dezembro de 2018, o segundo em 03 de dezembro de 2020, e o último (submarino nuclear), com previsão para o ano de 2027, apresenta até o momento 6 anos de atraso.

Atualmente, o Complexo Portuário de Itaguaí opera na responsabilidade da empresa Docas S/A e promove o sistema de Hub Port, com atuação de vários outros empreendimentos (não citados anteriormente), com destaque para: a) ICN – Itaguaí Construções Navais; b) Valesul Alumínios S/A; c) Sepetiba Tecom S/A e d) Companhia Portuária do Porto de Sepetiba – CPBS.

Cabendo nota, onde foi observada (durante a pesquisa de campo) a execução de um processo agressivo, realizado diretamente por agentes externos ao local, com a finalidade de exploração ambiental, histórico-social, econômica e/ou estratégica do território, resultando em uma ruptura social e obliteração de seu espaço-tempo (HAESBAERT, 2012; FERNANDES, 2008; CASTELLS, 1996). Conduzindo a uma expulsão humana de suas localidades de origem, com a finalidade de satisfazer entidades públicas e/ou privadas, comumente envolvidas em ganhos financeiros particulares. Levando a alterações irreversíveis dos aspectos geobiofísicos da paisagem e a transformação do território em um não lugar. (AUGÉ, 2012)

Retomando a questão central da Usiminas S/A e o acordo da compra do passivo ambiental a Usiminas S/A. uma de suas obrigações estabelecidas foi de implementar um projeto de recuperação das áreas atingidas, bem como mitigar os problemas ambientais lá existentes, com base na Licença Ambiental de Re-

cuperação nº IN0028738 de 04 de outubro de 2010. Das condições de validades gerais instituídas na LAR nº IN0028739, destacam-se:

1. Obedecer às diretrizes de encerramento totais das atividades com potencialidades poluidoras e degradadoras do meio ambiente;
2. Atender os padrões legais de Lançamentos de efluentes líquidos;
3. Manejo os resíduos sólidos;
4. Impermeabilizar as partes inferiores e superiores do aterro dos resíduos industriais danosos a saúde e ao meio ambiente;
5. Atender a resolução nº 001/90 do CONAMA de 08.03.90 que trata sobre os critérios e padrão de emissão de ruídos;
6. Não utilização de água subterrânea para o consumo humano;
7. Submissão à análise do INEA;
8. Realizar monitoramento dos compartimentos impactados (Lagoas de rejeito, rio da Guarda, Solo, Sedimentos de Água Subterrânea, etc.)
9. implementar plano de monitoramento aprovado pelo INEA;
10. Entrega de Relatórios semestrais sobre o avanço das condicionantes da LAR.
11. Recuperação de 6,0 Hectares de manguezal e 12.0 Hectares de floresta ombrófila densa;
12. Implementação de medidas de controle, que empecam a contaminação nos corpos d'água existentes, sendo águas superficiais ou subterrâneas;
13. Manter o controle tecnológico, incluindo o controle das águas superficiais ou subterrâneas, assim como o isolamento do aterro;

14. Não comercializar material lenhoso da vegetação local;

15. Destinação de forma adequada da vegetação local com sinais de contaminação de metais pesados;

16. Acondicionar resíduos sólidos, sendo seu recolhimento de responsabilidade do FEEMA/INEA;

17. Não Lançamento de qualquer tipo de resíduo nos afluentes ou corpos d'água.

18. Não realizar nenhum tipo de queima de material ao ar livre;

19. Evitar todas as formas de acumulo D'água;

20. Obedecer às normas medidas de controle ambiental exigidos pelo INEA.

Baseado na Lei Federal, nº11.428 de 2006, art. 11 que trata sobre "o corte e supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração do Bioma da Mata Atlântica", baseados nas condicionantes da LAR nº IN002873, o parecer técnico nº 78/201210, foi alterado no ano de 2010 a necessidade de aumento da área do polígono de supressão da vegetação secundária em estágio de regeneração dividindo em 3 glebas, alterando assim a resolução do tamanho inicial definida na LAR.

Ao longo do período 2010 - 2013, foram realizados pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente – INEA, relatórios vinculados ao Boletim de serviços do Instituto Estadual do Meio Ambiente – INEA (2013) e vistoria e notificações técnicas, na área da Usiminas com intuito de acompanhamento da remedição da área contaminada, das ações e conclusões descritas, destaca-se questões como impactos ambientais aos manguezais localizados próximos ao passivo, áreas com necessidade de reflorestamento das áreas atingidas do entorno, construção de área de apoio enquanto suporte para a barreira hidráulica, enquanto contenção das precipitações pluviométricas, aplicação de espaços para estação de tratamento, edificação de barreira física contra possí-

8 Boletim de serviços do Instituto Estadual do Meio Ambiente, 2013

9 Boletim de serviços do Instituto Estadual do Meio Ambiente, 2013

10 Boletim de serviços do Instituto Estadual do Meio Ambiente, 2013

veis aglomerações de materiais minerais, entre outros.

Dentre os relatórios de vistoria realizados pelo INEA (Boletim de serviços do Instituto Estadual do Meio Ambiente – INEA, 2013), cabe a execução do programa de monitoramento de águas (Superficiais e subterrâneas), onde foi notado o fechamento da calha e a implementação da tubulação para o lançamento dos dejetos em outro ponto do corpo hídrico do rio da Guarda, já com os devidos tratamentos.

O boletim em questão conclui que todo manifesto de resíduo poluente extraído do passivo ambiental de responsabilidade da Usiminas está devidamente sendo destinado ao aterro SERB – Saneamento e Energia Renovável do Brasil S/A localizado no município de Seropédica / RJ.

Atualmente toda a região encontra-se sobre a responsabilidade da Usiminas S/A, sob constante fiscalização do INEA, visando a redução dos impactos ambientais resultantes de mais de 30 anos de descaso e poluição ao meio ambiente. A empresa Usiminas S/A, detentora do terreno, mesmo tendo interesse na construção de um ponto exportador de minério de ferro nesse local, não iniciou, tampouco sinalizou, uma previsão para o início de suas obras.

4.2 Famílias do entorno

Localizadas na região da praia do saco do engenho entre a Avenida Itaguaí e rua Felix Lopes Coelho existiam à época (2015) 13 famílias, que tinham como adjacente o passivo ambiental deixado por décadas e que hoje pertence a Usiminas. Cabe destaque, que ao retornar ao local no ano de 2019, para pesquisa de campo, foi observado que os imóveis residenciais que existiam quatro anos antes (13 famílias) já não existiam, restando apenas uma pensão e um bar no local, sendo substituídas por pátios de depósitos de containers e minério de ferro, estacionamento e áreas de escritório do empreendimento do Porto Sudeste S/A, em uma nítida

visualização de um processo de gentrificação e expulsão das famílias do local.

A partir do que foi observado (nos anos de 2015 e 2019), que as famílias passavam por uma série de pressões emocionais e de isolamento, pressões essas sentidas pelas constantes faltas d'água ocorrida justamente nessas duas ruas, instabilidades do fornecimento de energia elétrica nessas residências, problemas de saneamento básico, pavimentação asfáltica em péssimo estado, violência física exercida pela polícia local (segundo os moradores), e ações judiciais para desapropriação de terrenos e imóveis, propostas irrisórias de compra das residências e dos terrenos. Além da falta de transporte público, posto de saúde, escola e creches públicas, iluminação pública, etc., fatores estes que inclusive desrespeita o plano diretor municipal, em especial seu artigo 4º.

O Art. 4º define o que é a função social da cidade: a função social da cidade corresponde ao direito à cidade para todos os cidadãos, o que compreende os direitos a terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura e aos serviços públicos, ao transporte coletivo, à mobilidade urbana e acessibilidade, ao trabalho, à educação, à saúde, à cultura e ao lazer. (PLANO DIRETOR- ITAGUAÍ, 2008, p. 07)

Assim como em outras localidades do município, a Avenida Itaguaí e a rua Felix Lopes Coelho, sofrem com as mazelas e o descaso do governo local, que incentivam um processo de gentrificação dessas famílias. Durante as entrevistas abertas realizadas durante o ano de 2015, essa situação fica notória na fala da então presidente do conselho comunitário local, cita que:

Houve uma tentativa de diálogo que logo foi abandonada, as propostas de indenização aos moradores da Vila do Engenho e da Ponta da Mariquita foram feitas sem o menor critério.

A comunidade só era ouvida quando fazia pressão e impedia de forma pacífica a entrada de trabalhadores no canteiro de obras, porém a resistência foi minada [...] com força policial e processos judiciais contra os manifestantes.

Entre dez pessoas entrevistadas nove são muito angustiadas pela maneira desumana como as destruições aconteceram na Ilha da Madeira e com total consentimento do poder público. [...]em um bairro, que não tem estatística dos moradores, não tem saneamento básico. (Presidente do Conselho Comunitário local)

Talvez, no caso específico dessas famílias da região do entorno da Antiga indústria Mercantil Ingá S/A, o terror psicológico e a falta de uma alternativa que sane esses problemas citados, é ainda hoje, um dos principais problemas da região, pois se no aspecto ambiental o INEA tem sua responsabilidade fiscalizadora, em contra partida não existe atuante nenhum órgão público, que acompanhe a situação dessas famílias, que moram nesse terreno altamente poluído pelos produtos pesados do passivo ambiental.

5. CONCLUSÃO

Conclui-se que o Passivo ambiental que ocorreu após mais de trinta anos de descaso, serve como alerta de como gerir empreendimentos que causam impactos aos aspectos ambientais e socioambientais, onde todo o tecido social e o bioma local têm estreita relação entre si, e qualquer alteração nessa cadeia leva a consequências de forma escalar, propagando-se para gerações futuras.

Desde que a Usiminas S/A comprou o terreno e a legislação ambiental de recuperação foi concedida, é ilusório definir que somente a empresa e a legislação são mecanismos suficientes para uma fiscalização e recuperação da praia do Saco do Engenho, Ilha da Ma-

deira e seu entorno, deve-se pensar em uma fiscalização constante das diversas representações legais com uma participação atuante da população local, como garantia de recuperação do bioma local evitando assim novos problemas decorrentes desse passivo.

Aparentemente fica no esquecimento de como o impacto do passivo ambiental da Ingá foi nocivo para toda região, visto que novos empreendimentos tornam-se eminentes causadores de novos problemas ambientais na região da Ilha da Madeira, desde o início da construção dos megaempreendimentos do Porto Sudeste do Brasil S/A e o estaleiro naval PROSUB – EBN / Odebrecht. O que se observa são novas degradações ambientais, com novos aterramentos dos manguezais e o desflorestamento de partes de alguns morros, aniquilamento da floresta ombrófila densa, vegetações predominantes do bioma Mata Atlântica na localidade. Não conservando a biodiversidade da mata originária e desrespeitando a Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, e o Decreto Federal nº 6.660 de 21 de novembro de 2008 que estabelece sua conservação, proteção, regeneração e utilização.

Por fim pode afirmar a atual desvalorização do bem comum em detrimento de um controle sistêmico e monológico em toda a região, a partir da maximização e exploração dos recursos sociais, humanos e culturais, onde as relações humanas são sumariamente substituídas pela ação do campo industrial e pela materialização do capital como fetiche. Um conjunto de ações agressivas, não naturais, provocadas pela alteração abrupta das propriedades físicas, químicas e/ou biológicas do meio ambiente. Resultado da atividade humana desregulada, o que gera resultados em impactos nocivos, por vezes irreversíveis ao ecossistema e aos seus elementos bióticos e abióticos.

Salienta-se também, o descaso público que tomou conta de toda região, com um estado permissível a destruição em favorecimento do benefício privado, cabe ao poder público uma ação que favoreça o território que defenda sua sensação de pertencimento e que permita

a manutenção de seus arranjos produtivos locais. Assim, cabe o alerta para que em um futuro novos empreendimentos, que ali também veem se instalando não se tornem novos empreendimentos que utilizam-se de uma exploração sistêmica transvestida de desenvolvimento, onde se absorve e explora o bioma local, tendo o capital como única métrica, por fim este trabalho adverte a eminência de novos rompimentos dos diques de contenção da extinta indústria e de atual responsabilidade da Usiminas S/A, por tais motivos, indica-se a fiscalização e o monitoramento constante e ininterrupto do terreno e dos terrenos do entorno, de maneira que se evite a ocorrência de novos crimes ambientais, em uma região já degradada.

6. REFÊRENCIAS

AB´SABER, Nacib Aziz. *Ecosistemas do Brasil*. Metalivros, São Paulo / SP. 2006

AUGÉ, Marc. *Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 2012.

AZEVEDO, Vlamir Fortes. Relatório de vistoria de remediação de área contaminada. Instituto Estadual do Meio Ambiente, Rio de Janeiro / RJ. 25. 03. 2013. (GELAFR-VT 1645 / 13)

AZEVEDO, Vlamir Fortes. Relatório de vistoria de remediação de área contaminada. Instituto Estadual do Meio Ambiente, Rio de Janeiro / RJ. 17. 07. 2014. (GELAFR-VT 333 / 14)

BUENO, J. Com a instalação da TKCSA, abre-se caminho para instalação de um

pólometal-mecânico. naquela área. Rio de Janeiro: *Jornal dos Economistas*. Nº 239 JUNHO DE 2009. Disponível

em <http://www.coreconrj.org.br/pdf/JE_junho2009.pdf>. Acesso em 04.02.2019.

BRASIL. Decreto 6.660 de 21 de novembro de 2008. Regulamenta dispositivos da Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6660.htm acesso em : 28 de dezembro de 2014.

CARDOSO, Rafael; TAVARES, Claudia. Relatório de vistoria de cumprimento da notificação e aspectos ambientais da atividade. Instituto Estadual do Meio Ambiente, Rio de Janeiro / RJ. 24. 10. 2014 (GELINRVT 4853)

CASSIOLATO, J., LASTRES H. E SZAPIRO, M. Arranjos e sistemas produtivos locais e proposições de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. NT 27- Projeto de pesquisa arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas. Rio de Janeiro, 2000.

CASTELLS, Manoel. *A sociedade em rede (Era da informação, vol. 1)*. Editora Paz e terra, Rio de Janeiro / RJ. 1996

CAVALCANTI, Lucas Costa de Souza. *Cartografia de Paisagem*. São Paulo / SP, oficina de textos, 2014

Entrevista sobre a atual situação do bairro da Ilha da Madeira / Itaguaí – RJ. [10 novembro 2014]. Itaguaí / Rio de Janeiro. Entrevista concedida a NASCIMENTO, Carlos A. Sarmiento; ALMEIDA, Douglas Monteiro; FER-NANDES, Carlos Leonardo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre tipologias de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eli-seu Savério (Org.) Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2008. p. 197-216

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa, 7. ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2012.

FRANCISCO, Wilson Pedro. História da Venda da Ilha da Madeira. 1º ed. acervo pessoal. 17 de abril de 1954.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2002.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2012

INEA. Boletim de Serviço. Instituto estadual do Meio Ambiente, Rio de Janeiro, 20 de março de 2013.

INEA. Relatório de vistoria de remediação de área contaminada. Instituto Estadual do Meio Ambiente, Rio de Janeiro / RJ. (GELAFRVT 5466 / 13), 2014.

ITAGUAÍ. Plano Diretor do Município de Itaguaí. Prefeitura Municipal de Itaguaí. 2008.

ITAGUAÍ. Secretaria municipal de educação e cultura. Coletâneas de nossas memórias -Itaguaí, a cidade do porto. Itaguaí / RJ, 1º edição. 2010

ITAGUAÍ. Lei 3.204 de 23 de dezembro de 2013. Estabelece o abairroamento do município de Itaguaí. 16 de

janeiro de 2014.

IKEDA JR, Riyuzo. Gestão Social e Controle Social no Bairro Carioca de Santa Cruz e no Município de Itaguaí – RJ: Um Olhar Sobre o Desenvolvimento Local no Território dos Megaempreendimentos. (Mestre em Políticas Públicas e desenvolvimento territorial). Programa de Pós Graduação em desenvolvimento territorial e Políticas Públicas. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, P.247, 2017

LIMA, Claudia Helena Golçalves. Notificação de remediação de área contaminada. Instituto Estadual do Meio Ambiente, Rio de Janeiro / RJ. 18. 07. 2014 (GELAFNOT 01040049)

MARINHA DO BRASIL. Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB). Disponível em <Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB)>, acesso em : 22 de novembro de 2014.

MARINHA DO BRASIL. PROSUB – Programa de Desenvolvimento de Submarinos : Construção do estaleiro e Base naval. Brasília / DF. 2011.

MMX. Jornal MMX. Gerencia de RH e comunicação, edição 02, Outubro / Novembro, 2013.

PUC-RJ. Cia Mercantil e Industrial Ingá. Certificação digital nº 0812382/CA. Disponível em : http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/Tesesabertas/081238210_cap_03.pdf >, acesso em : 22 de novembro 2014.

RODRIGUEZ, J. M. M; SILVA. E. V. da & CAVALCANTI. A.P. B. 2004. Geocologia da Paisagem – uma análise

se geossistêmica da análise ambiental. Edições: UFC, Fortaleza

tadual do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro. 1996.

SANTOS, Joana Farias; OLIVEIRA, Scheweyka Stanley; VALCARCEL, Ricardo. Caracterização da dinâmica de restauração natural em ecossistema perturbado de evolução de fragmento floresta da Mata Atlântica na Ilha da Madeira – RJ. UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, departamento de ciências ambientais, Seropédica /RJ. Apresentação de pôster. 2009.

SANTOS, Milton. Metamorfose do espaço habitado. São Paulo/ SP, EDUSP, 2008

SAUER, Carl. Morfologia da paisagem. 1925. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, Roberto Lobato. Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro/ RJ. UERJ, 1998.

SILVA, Adriana de Lima. Relatório de vistoria de remediação de área contaminada. Instituto Estadual do Meio Ambiente, Rio de Janeiro / RJ. 15. 10. 2013. (SELAR-TRVT 6330 / 13)

TORRES, Sergio. Barragem abandonada ameaça baía de Sepetiba. Jornal Folha de São Paulo, 06 de abril de 2003. disponível em : <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0604200324.htm>>, acesso em 27 de dezembro de 2014.

UFRRJ. Plano de Recuperação de Áreas de Empréstimo da Serviços de Engenharia Rodoférrea S. A., Relatório Final, Itaguaí, RJ. 1993. 79p.

ZEE. D. Zoneamento Econômico - Ecológico do Estado do Rio de Janeiro. Projeto 1: Diagnóstico Ambiental da Bacia Hidrográfica da Baía de Sepetiba. Secretaria Es-